

## Centralidade da Família e Liberdade: Ideologias Conservadoras nas Políticas Educaçãois

**Iana Gomes de Lima - UFRGS**

ianagomesdelima@gmail.com

**Gabriel Dias dos Santos - UFBA**

contato.gds@outlook.com

**Willian Dalmagro Braga - UFRGS**

willian.braga00@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho apresenta dois verbetes – Centralidade da Família e Liberdade – de um glossário desenvolvido a partir de uma pesquisa sobre argumentos conservadores em políticas educacionais brasileiras entre 2018 e 2020. Analisamos 231 falas de 141 atores ligados às agendas da educação domiciliar, militarização escolar e Escola sem Partido (EsP). Metodologicamente, utilizamos análise relacional e análise temática para compreender estratégias da aliança conservadora, que privilegia a ideologia privatista e neoliberal. Nossos resultados destacam a centralidade da família cristã cisheteronormativa como pilar de uma ordem social ameaçada e a defesa da liberdade individual como recurso contra o Estado. Esses argumentos reforçam o controle patriarcal e privatista da educação, posicionando a escola como ameaça ao status quo e promovendo a educação domiciliar como solução final.

**Palavras-chave:** Conservadorismo. Vocabulário conservadora na educação. Centralidade da família. Liberdade de escolha. Políticas educacionais.

### Introdução

Neste trabalho, temos como objetivo apresentar dois verbetes de um glossário criado a partir do mapeamento dos principais argumentos utilizados por movimentos conservadores em defesa de políticas e pautas no campo educativo brasileiro. Este glossário é fruto da pesquisa "A Aliança Conservadora, o Estado e as Políticas Educacionais no Brasil: um mapeamento de atores e ações conservadores"<sup>1</sup>, na qual foram investigadas três agendas educacionais, buscando compreender características e estratégias da aliança conservadora (Apple, 2003) nas políticas educacionais.

Vivenciamos hoje um avanço conservador na sociedade brasileira (Lacerda, 2019; Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023). Ao tratar de conservadorismo, alinhamos-nos à Marina Lacerda (2019), que o compreende como uma ideologia reacionária por parte de alguns grupos hegemônicos frente àquilo que percebem como ameaças à manutenção do *status quo*.

Metodologicamente, identificamos os argumentos usados por atores que defendiam politicamente as três pautas analisadas no projeto, tendo como recorte temporal janeiro de 2018 a maio de 2020. Para o mapeamento desses argumentos, fizemos uso da internet, realizando buscas extensas em diferentes sites institucionais, blogs e redes sociais. Analisamos 231

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq e pela Fapergs.

excertos proferidos por 141 atores: 91 excertos dos 68 atores mapeados na rede da educação domiciliar; 71 excertos dos 34 atores da rede da militarização; e 69 excertos dos 39 atores da rede do EsP.

Para a análise desses argumentos usamos duas ferramentas teórico-metodológicas: a análise relacional (Apple, 2006) e a análise temática (Braun; Clarke, 2006). De acordo com Apple (2006), a análise relacional implica em examinar as diferentes relações entre um determinado objeto de estudo e a sociedade como um todo – bem como os diferentes agentes que a compõem. Já a análise temática é uma metodologia qualitativa que, sumariamente, identifica, analisa e relata temas nos dados de uma pesquisa (Braun; Clarke, 2006). A partir do trabalho teórico e metodológico acima descrito, apresentamos dois verbetes deste glossário: Centralidade da família e Liberdade.

### **Os verbetes: Centralidade da família e Liberdade**

O argumento da centralidade da família traz a família situada como instituição central na educação de filhos/as/es e o Estado estaria usurpando este lugar. Além disso, de acordo com o discurso conservador, a família estaria sob constante ameaça do “Outro” (Apple, 2003), que são todos sujeitos e/ou grupos que não se encaixam na configuração conservadora de familiar: a família cristã cisheteronormativa.

Outro ponto chave deste argumento é que a família, no viés conservador, faz parte do âmbito privado, ou seja, o Estado ou a escola não deveriam intervir em suas decisões no que diz respeito à educação de sua prole. O argumento se relaciona com a análise de Penna (2017, p. 36), quando afirma que, para grupos conservadores: “O ato de educar seria responsabilidade da família e da religião; então o professor teria que se limitar a instruir, o que no discurso do ESP equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno”. A perspectiva religiosa cristã aparece em alguns discursos coletados, como é o caso da fala do senador Alan Rick, filiado ao partido União Brasil, ao defender o programa EsP:

A sociedade brasileira já sabe quem está do lado dos valores, quem está do lado que respeita aquilo que está na Convenção Americana de Direitos Humanos: que os pais tenham o direito a que seus filhos receberem uma educação ética, moral e religiosa que esteja de acordo com suas próprias convicções. (Câmara dos Deputados, 2018).

No excerto acima é possível vislumbrar o uso do respaldo legal<sup>2</sup> como estratégia: o senador aciona a Convenção Americana sobre Direitos Humanos - cujo Brasil é signatário - garantindo que famílias têm direito de educar sua prole de acordo com suas próprias convicções morais e religiosas. Essa retórica, entretanto, não é incondicional no que diz respeito a quais concepções religiosas que se pretende defender. Conforme aponta Fernando Penna (2017), leis que tornam obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras correm risco com políticas como o EsP, visto que poderiam estar em desacordo com tais convicções morais e religiosas.

A união da estratégia do respaldo legal com discursos religiosos e liberais culmina no fortalecimento da ideologia privatista da família, perspectiva que "inclui o poder privado do livre mercado e o poder privado do patriarcado" (Lacerda, 2019, p. 53). Esta ideologia sublinha a importância da esfera privada, destacando-a em contraposição à interferência ou à influência do Estado em determinados aspectos da vida. Porém, é crucial reconhecer que o modelo de família no viés conservador é patriarcal e o poder está centralizado na figura do "chefe da família", o homem, o que lhe confere a autoridade para exercer controle primordial sobre os corpos de suas esposas e prole.

O argumento da liberdade, por sua vez, parte de um preceito de liberdade incondicional do indivíduo como recurso para defender sua independência frente ao Estado. Grande parte dos discursos baseados nesse argumento estão atrelados à ideia de liberdade de escolha, conectando-se, assim, com o argumento da centralidade da família. Os agentes que o mobilizam partem do pressuposto, também, de que as famílias são (ou deveriam ser) "livres" para escolher a melhor maneira de educar a prole, de acordo com seus próprios valores morais e religiosos, o que implicaria em menos intervenção estatal (entendida, especialmente, como a escola) na vida privada dos sujeitos. Assim, o Estado é representado como instituição repressiva e totalitária, que obriga as famílias a matriculem crianças e jovens na escola.

Tendo em vista que a educação escolarizada é obrigatória no Brasil para crianças e jovens entre quatro e 17 anos, agentes conservadores argumentam não haver possibilidade de escolha das famílias. É a isso que se referem falas como as da deputada estadual de Santa Catarina, Ana Campagnolo e do deputado federal Dr. Jaziel. A primeira afirma que "São pouquíssimos países no mundo que existe essa situação de educação pública compulsória como

---

<sup>2</sup> Recurso de agentes conservadores ao mobilizarem leis, estatutos, convenções e pactos nacionais e internacionais, a depender da conveniência de seus textos, à causa defendida. Esse recurso é especialmente efetivo por fazer uso de terminologia e conceitos de alguma forma consensuais na sociedade e, por isso, difíceis de serem contrariados em um nível superficial de debate.

existe no Brasil. Inclusive países onde existe ditadura, regimes considerados pouco democráticos, existem alternativas de educação que não a escolarização” (Campagnolo, 2020). Por sua vez, Dr. Jaziel afirma que “[O ensino domiciliar] traz a liberdade dos pais educarem seus filhos, escolherem o modelo de ensino para seus filhos e participarem diretamente nessa construção. É um processo diferente da escola convencional, mas ele não é anti escola, apenas dá um modelo de oportunidade” (Carvalho, 2019). Chama-se atenção ao caráter econômico liberal identificado no discurso ou nas motivações de atores que, como parte da aliança conservadora, recorreram ao argumento da liberdade. Um exemplo marcante é o de Carlos Nadalim, ex-secretário de alfabetização do Ministério da Educação durante a gestão de Jair Bolsonaro, que se dedicou à defesa da educação domiciliar pelo viés da liberdade. Pode-se questionar, entretanto, a legitimidade dessa defesa quando se agrega à discussão o fato de que Nadalim é também produtor de conteúdo e materiais didáticos que têm sido vendidos para o público de famílias “*homeschoolers*” (Gussen, 2021).

### **Considerações finais**

No pensamento conservador, a família “tradicional” é parte fundamental para o resgate de uma ordem social supostamente perdida, e instituições como o Estado e a escola estariam ameaçando não apenas sua autoridade, mas também, sua importância e existência. Ademais, nossas análises mostram que, nestes discursos, a prole é vista como propriedade da família, logo, sua educação é um investimento, e a escola é um serviço. Quando este serviço falha em suprir o que a família deseja, programas como EsP e militarização de escolas são vistos como uma medida de proteção a crianças e jovens contra a presença do “Outro” nas escolas. Entretanto, quando estas agendas ainda falham em defender a família, a liberdade de educar estes estudantes em casa surge como saída a estes grupos.

Compreender os argumentos que têm sido utilizados por grupos conservadores é fundamental para entender as estratégias utilizadas e o poder de convencimento presente no discurso da aliança conservadora. Só assim será possível interromper o avanço de políticas como o EsP, a militarização da educação e a educação domiciliar.

### **Referências**

APPLE, M. W. **Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade.** Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo.** Tradução de Vinicius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CAMPAGNOLO, A. **Educação domiciliar**: direito das famílias. YouTube, 19 maio. 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-1pVy\\_cyIBo](https://www.youtube.com/watch?v=-1pVy_cyIBo). Acesso em: 30 dez. 2024.

CARVALHO, D. **Projeto de lei que tramita na Câmara cria regras para educação domiciliar no Brasil**. JusBrasil, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/projeto-de-lei-que-tramita-na-camara-cria-regras-para-educacao-domiciliar-no-brasil/705232715>. Acesso em: 30 dez. 2024.

GUSSEN, A. F. A quem interessa o homeschooling? **Carta Capital**, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/a-quem-interessa-o-homeschooling/>.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

PENNA, F.. O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. **The Rise of the Radical Right in the Global South**. London: Routledge, 2023.